

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

Biopirataria A Amazônia em perigo

ISSN 0101-7993 Nº.295 R\$ 5,00



Aumenta a gravidez
de adolescentes

Chile: militares
controlam Senado

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO
ISSN 0101-7993 Nº 205 Janeiro 1998

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben, Marcos Graça e Maurício Dantas (Rio), Roberto Bordini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Rogick e Leila Câmara

ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITOS: ACE Fotolitos - Rio de Janeiro
WEB: Macário Costa e Jefferson Toledo Barros
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
PUBLICIDADE: Cléber Saboya

Representante na Bolívia: Lílina Rodríguez & Marisol Carvera/ Av. Bolívar, 43 Puerto Suárez-Santa Cruz / Telefax: 00591 976 2191/2927

CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heilmann (Gerente),
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora),
Francisca Antonia e Sidnei de Souza

Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455

PAGAMENTOS: cheque nominal e todas as cartões
E-mail: caderno@ax.apc.org

FOTOS: Agence France Presse (AFP)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Wilson Alves Serafim - (096) 241-3513 /
Bahia: Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 /
Brasília: Ecomarka - (061) 349-8178 / **Espírito Santo:** A.R. Editorial - (027) 339-4992/340-2129 /
Maranhão: Cia da Criação - (098) 236-8731 /
Minas Gerais: SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 /
Novo Hamburgo: Com.Rep. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/3633 /
Paraná: Nelson Friedrich - (041) 254-2384 /
Pernambuco: Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949 /
Rio Grande do Sul: Editora Intermédia - (051) 227-1363/228-8545 /
São Paulo (SP): Francisco Fontanezi - (011) 692-2087

DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

NUMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
E-mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**

Associação Nacional dos Editores de Revistas

Al
leitor

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data _____/_____/____

cod. L57 000 48

Roubo na Amazônia

Sá foi dito, muitas vezes, que o próximo será o século do conhecimento. A nova revolução em curso na Humanidade não tem semelhanças com as do passado, pois quem controlará o processo, nas décadas futuras, não será o dono da terra, nem do capital, nem das máquinas ou indústrias, mas aquele que detiver o conhecimento e a informação.

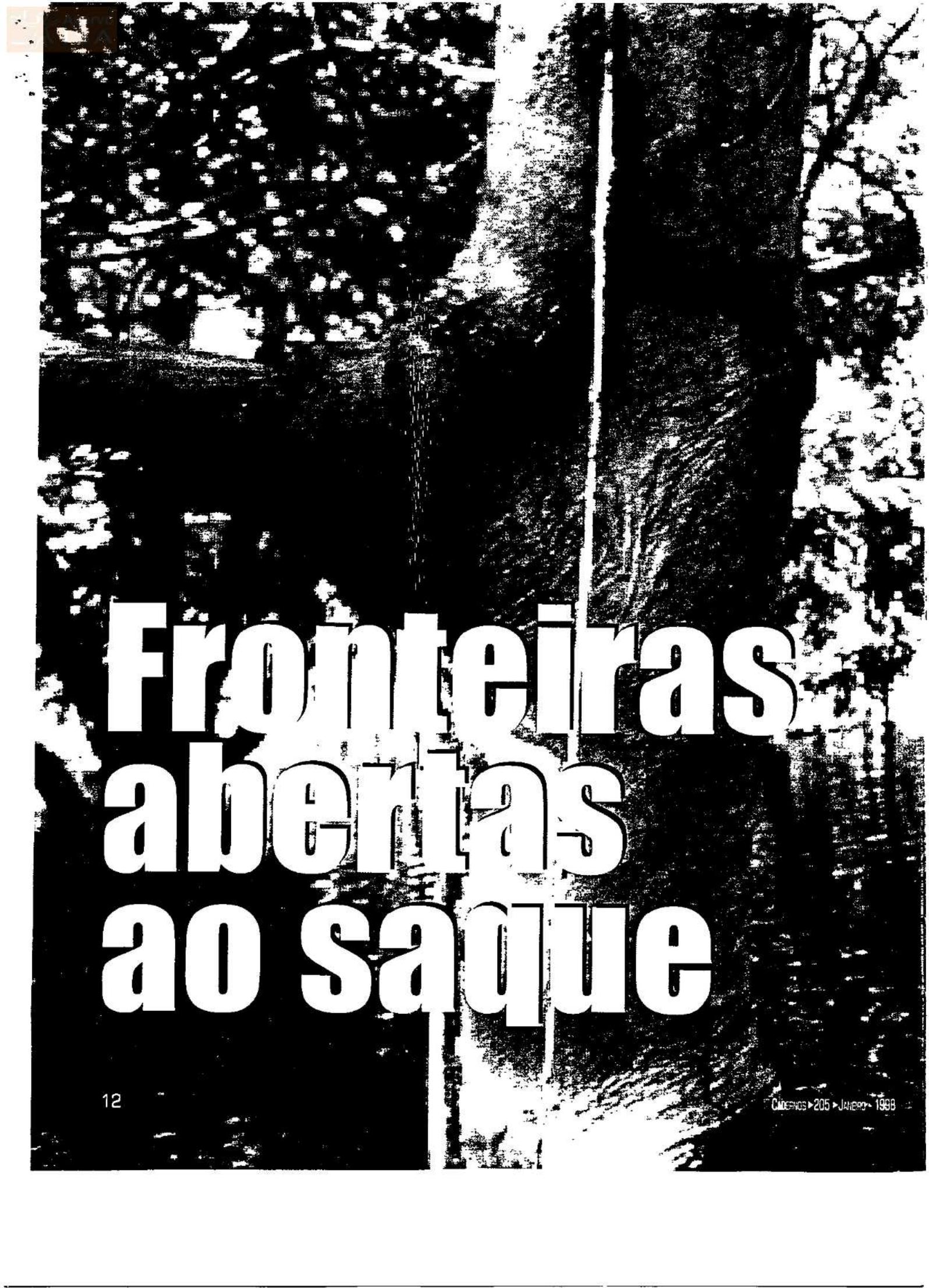
Se essas serão as regras do jogo do poder no futuro, teríamos que nos preparar, desde já, para agir nesse contexto. A educação e a pesquisa deveriam ser privilegiadas com alto grau de prioridade, sobretudo naquelas áreas em que o nosso país tem maior potencial. Como primeira nação do mundo em biodiversidade, é óbvio que o Brasil tem uma enorme riqueza a ser explorada nesse terreno. Desde os microorganismos aos mamíferos e plantas mais evoluídos, o potencial dos nossos diferentes ecossistemas deveria estar sendo objeto de levantamentos e estudos, ao mesmo tempo em que recursos humanos deveriam estar sendo treinados para trabalhar em áreas científico-tecnológicas de grande futuro, como a química, botânica, biologia, biotecnologia e engenharia genética, sem falar na informática, obviamente.

Mas nada disso acontece. O Brasil está agindo sem a presteza necessária para proteger a biodiversidade e vem perdendo tempo, em relação às mudanças urgentes na educação e na formação de recursos humanos em geral.

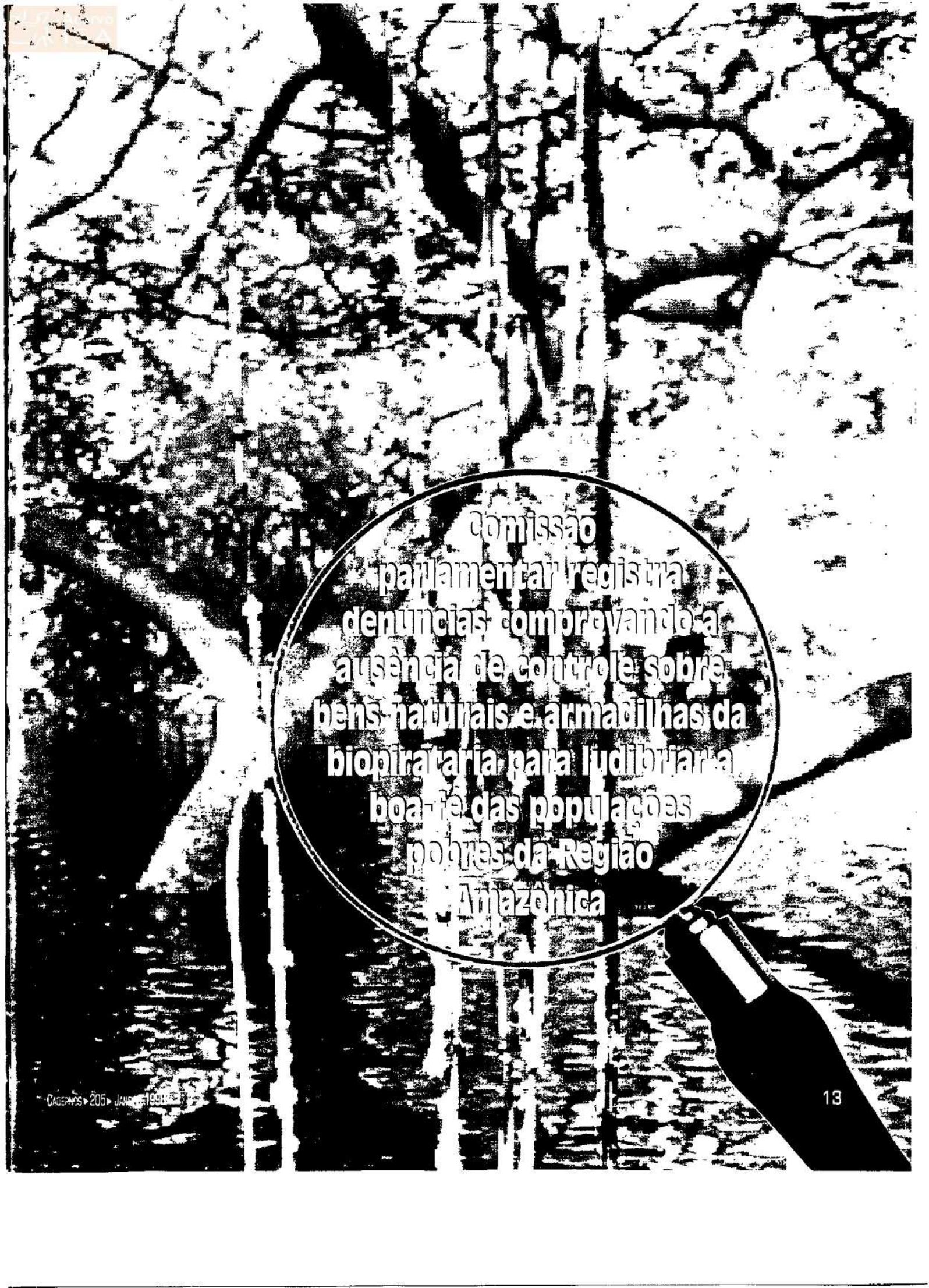
Foi o que constataram, por exemplo, os parlamentares que participaram da Comissão que estudou a biopirataria na Amazônia. A nossa biodiversidade está sendo levada para fora do país e estudada no exterior para - em geral - produzir medicamentos e outros produtos, que, depois, chegam patenteados ao mercado brasileiro.

A nossa população não tem consciência da gravidade do problema e o governo se declara incapaz de coibir esse roubo, por falta de instrumentos eficazes de controle. Esse é o tema de capa desta edição de **cadernos**, a primeira de 1998.

Apesar da alegria que acompanha o início de um novo ano, no qual sempre se depositam tantas esperanças, a equipe da Editora tem uma perda a lamentar. Faleceu de forma prematura Euler Sathler, um colega que atuou nos últimos anos como nosso gerente de publicidade. Mesmo já não fazendo parte da nossa equipe, Euler tinha deixado amigos entre nós e sua morte nos causou muita tristeza. Fazemos chegar à sua família os nossos sentimentos.



Fronteiras abertas ao saque

A black and white photograph of a dense forest with a magnifying glass held over the text. The magnifying glass is positioned in the lower right quadrant, with its handle extending towards the bottom right corner. The lens of the magnifying glass is centered over the text, which is written in a bold, sans-serif font. The background shows the intricate patterns of tree branches and leaves, creating a complex, textured backdrop.

**Comissão
parlamentar registra
denúncias comprovando a
ausência de controle sobre
bens naturais e armadilhas da
biopirataria para ludibriar a
boa-fé das populações
pobres da Região
Amazônica**



O conhecimento das comunidades indígenas está na mira dos biopiratas

Maurício Dantas

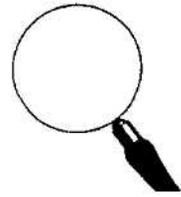
ndios têm o sangue coletado para um banco de DNA estrangeiro, comunidades doam seus conhecimentos ancestrais sobre flora e fauna sem receber nada em troca, turistas driblam fiscalização e levam amostras de material para ter sua estrutura genética decifrada em seus países, insetos são capturados e mandados pelo correio para o exterior e até mesmo respeitáveis pesquisadores dissimulam atos de biopirataria sob o nariz de entidades de pesquisa nacionais.

Tantas e tão variadas denúncias foram recolhidas pela comissão externa da Câmara Federal, criada para investigar a exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia, também chamada de Comissão da Biopirataria.

De 12 de agosto, quando foi formada, a 18 de novembro deste ano, data de entrega do relatório de suas atividades, os parlamentares tiveram contato com a humilhante realidade de um país sem fronteiras para a evasão de recursos naturais, sem investimentos suficientes para dominar num futuro próximo a ciência mais importante do novo milênio (biotecnologia) e com provas de diversas irregularidades que uma legislação falha não permite punir exemplarmente.

"Por biopirataria entende-se o uso da propriedade intelectual para legitimar a propriedade e o controle exclusivo dos recursos biológicos e genéticos..." Assim é definido, no documento apresentado pela comissão, o crime que a levou a convocar audiências na capital do país para esclarecer denúncias veiculadas na imprensa sobre constantes saques ao patrimônio natural na Amazônia. Justamente a região que é a pérola de biodiversidade do país que tem mais espécies no mundo, segundo estudo publicado em dezembro de 97 pela ONG Conservation International. Foram convocados representantes de diversas instituições públicas e privadas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), o Museu Emílio Goeldi, a Polícia Federal e autoridades da região, para discutir questões como o combate ao contrabando de espécimes, a implantação de um centro de excelência em biodiversidade e a reavaliação dos convênios de cooperação científico-tecnológica entre instituições nacionais e internacionais.

As conclusões dos debates apontaram para a necessidade de uma averiguação *in loco* do que estava ocorrendo, tamanha a quantidade de informações que iam surgindo. A comissão de



*Laboratórios apressam
coleta de matérias-primas
e não dão contrapartida
aos países produtores*

Ministério Público Estadual e a Procuradoria da República de uma ação civil pública com o objetivo de suspender as atividades da entidade no estado.

Outros crimes contra o patrimônio natural, porém, acabam ficando sem a devida punição. Relatos de guias turísticos dão conta do estranho hábito de visitantes estrangeiros de abrir suas mochilas e retirar de dentro delas *kits* completos para o recolhimento de amostras grátis. E lá se vão de cascas de árvores, saquinhos com terra e uma quantidade imensurável de microorganismos para além das fronteiras do país nas mãos curiosas e insuspeitas de pesquisadores estrangeiros ou mesmo brasileiros a serviço de instituições com sede no exterior.

Alguns entrevistados pela comissão disseram ser comum o envio de envelopes contendo amostras para laboratórios no hemisfério norte pelo correio. Isto pôde ser constatado pela Polícia Federal no Amazonas, quando investigou o tráfico de besouros e borboletas na região de São Gabriel da Cachoeira. Os insetos estavam sendo adquiridos na França pela módica quantia de US\$ 1.

O dono de uma empresa francesa, Gérald Pélissié, mandou um fax à comissão, informando ter sido abordado por um funcionário de uma agência de turismo em Manaus, que lhe ofereceu os serviços de coleta e remessa de besouros. "O negócio se realiza via fax e os insetos são entregues a domicílio, em qualquer lugar do mundo", revela o empresário. Alguns besouros raros podem chegar a valer US\$ 2,5 mil no mercado negro de animais na Amazônia.

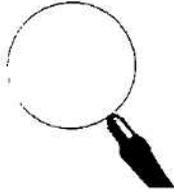
Os órgãos de repressão ao contrabando também tomaram conhecimento de documentação oriunda de Verona, na Itália, onde se organizavam expedições para coletar insetos e espécimes da flora brasileira para serem levados à análise nos grandes centros europeus.

deputados seguiu então para os estados do Amazonas e Acre e se deparou com uma realidade ainda mais assustadora.

Selvaviva

O primeiro caso investigado teve origem numa reportagem de um jornal paulista de grande circulação. Um folheto de propaganda de uma tal Associação Ecológica Alto Juruá, conhecida como Selvaviva, oferecia plantas medicinais - e o conhecimento tradicional de comunidades indígenas para a sua obtenção - a possíveis interessados no Brasil e no exterior.

Os parlamentares descobriram que o austríaco naturalizado brasileiro Ruedger von Reininghaus, presidente da organização não-governamental, fundou uma entidade muito pouco interessada em prestar os serviços de saúde em comunidades indígenas anunciados nos seus estatutos. No entanto, as informações sobre plantas medicinais e o uso dos conhecimentos dos povos indígenas caxinauá, catuquina, iauanauá, campa e culina eram prioridade absoluta para o exército benfeitor. Denunciados pela União das Nações Indígenas, os representantes da ONG foram convocados a prestar esclarecimentos na Assembléia Legislativa do Acre e não convenceram os deputados de suas boas intenções. O resultado foi a instauração pelo



O interesse pela rica biodiversidade da região e acobertamento de atividades ilícitas por parte de governos estrangeiros e instituições científicas internacionais ficaram mais evidentes ainda em outro episódio. Uma oportuna onda de solidariedade fez com que o belga Robert Vandermerghel, detido pela Polícia Federal em agosto passado com 130 borboletas e 78 besouros, pudesse contar com ajuda em vários idiomas. Enquanto seu parceiro de aventuras, um francês ainda não-identificado, fugia, ele - um simples publicitário em viagem turística - recebia o apoio do cônsul honorário da França em Manaus, que dizia ser Vandermerghel "um ilustre entomólogo, cujas pesquisas podem ser muito úteis ao Brasil". Mas a maior surpresa se fez quando apareceu, por fim, o nome do contratante da excursão do cidadão belga: o Departamento de Imunologia da Universidade de Houston, no Texas. De nada adiantaram as costas quentes de Vandermerghel: ele foi condenado a um ano de prisão, sem direito a fiança, por captura de espécies protegidas da fauna brasileira.

As intrépidas aventuras de tantos contrabandistas se justificam. No mundo existem cerca de 50 milhões de espécies, a maioria nos trópicos e somente 1,5 milhão são conhecidas. As florestas tropicais ocupam apenas 6% da superfície terrestre, mas possuem a metade das espécies do Planeta. Cerca de 54% das florestas tropicais úmidas estão na América Latina e no Caribe. Conclusão: o Brasil, graças às suas dimensões, que incluem a maior parte da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado, está entre os 12 países com maior biodiversidade no mundo. Um hectare (10 mil m²) na Amazônia possui cerca de 500 espécies vegetais diferentes.

Não é difícil perceber os olhos da cobiça à espreita de tamanha riqueza. Hoje, mais de 60% dos medicamentos comercializados nos Estados Unidos são de origem natural. As indústrias que fazem uso da biotecnologia para produzi-los se vêem obrigadas a recorrer cada vez mais a espécimes da fauna e flora de outros países. Ninguém quer perder a oportunidade de obter lucros astronômicos. Na área de biotecnologia, 1.3 mil

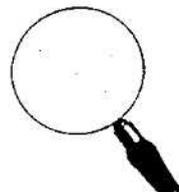


empresas norte-americanas lucram anualmente cerca de US\$ 13 bilhões. Segundo relatório da Comissão da Biopirataria, existem no mundo 40 drogas fabricadas com esta tecnologia e outras 270 aguardam a vez de entrar no mercado.

As pesquisas nesse segmento consomem dezenas de milhões de dólares por produto, custo que vem diminuindo graças ao rápido avanço da ciência e à esperteza dos que coletam a matéria-prima nas regiões mais pobres do Planeta. Lá, o conhecimento ancestral de pequenas comunidades (como no caso do Alto Juruá) é usado para



Algumas tribos foram ludibriadas por pesquisadores e multinacionais, pagando com o próprio sangue por isso



Pesquisa

Se dependerem do amparo da legislação brasileira sobre o tema, para ver ressarcida sua colaboração na coleta de material ou usufrir qualquer outro benefício, as comunidades podem ter certeza de que a luta será inglória. As leis não proíbem a venda destes insumos, apenas vedam "a importação, o comércio, o trânsito e a exportação de vegetais ou partes deles (...) quando portadoras de doenças ou pragas perigosas", segundo o decreto 24.114, de 12 de abril de 1934.

O comércio de plantas dependerá apenas de licença concedida pelas autoridades competentes, conforme o Código Florestal, de 1965. Um decreto mais recente sobre o assunto, o 98.830, de 1990, diz que cabe ao Ministério da Ciência e Tecnologia autorizar a coleta com propósitos científicos de dados e amostras do ecossistema nacional. Mas há sempre um jeitinho...

Várias instituições de pesquisa internacionais, por exemplo, cometem atos de biopirataria sob a fachada da ajuda científica. Há denúncias dando conta de que boa parte das propostas de convênio é feita neste sentido. O Conselho Diretor da Associação dos Pesquisadores (Aspi) do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia revela, em documento, que ocorrem verdadeiros saques através de convênios de cooperação internacional. E acrescenta que na Região Norte "a maioria desses convênios passa pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e o Inpa".

É o caso de um convênio para a execução de um projeto chamado LBA - formado pela Nasa, a agência espacial norte-americana, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Inpa -, que terá a participação de 300 pesquisadores vindos do exterior e que não prevê igual contrapartida quantitativa do lado brasileiro.

Até mesmo o diretor do Inpa admitiu, em entrevista recente, que não há como negar que alguns dos dez pesquisadores estrangeiros que circulam diariamente pelo instituto possam "sair da floresta com alguma cura a ser patenteada no exterior". A declaração não causa estranheza, quando até mesmo o governo brasileiro informa que apenas 0,5% da Mata Atlântica e 3,8% da



orientar a caça a raízes e outros insumos que serão estudados em outros países. De acordo com especialistas, a busca realizada em conjunto com estas populações gera uma economia em torno de 80% no total de investimentos necessários para a fabricação de um remédio. Uma droga para ser produzida e levada ao mercado custa entre US\$ 200 milhões e US\$ 350 milhões, em um período que vai de cinco a 13 anos, e gera cerca de US\$ 1 bilhão em lucros anuais. Por aí se tem uma idéia do valor da sabedoria popular, hoje sequer remunerado.



Floresta Amazônica contam com a vigilância do poder público.

A ausência de controle nacional e a sábia dissimulação estrangeira estiveram na origem de uma das mais humilhantes formas de contrabando do acervo genético brasileiro.

DNA

Em 1996, o médico e antropólogo brasileiro Hilton Pereira da Silva, hoje cursando doutorado na Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, era contratado pela emissora de TV britânica Discovery Channel para fazer parte de uma expedição na Amazônia.

O objetivo era rodar um documentário sobre o Mapiquari, animal mitológico semelhante a uma preguiça gigante, que povoa as lendas da tribo caritiana, em Rondônia. Foi combinado, entre a Associação Caritiana e o produtor do filme, que parte do pagamento seria feito na forma de medicamentos.

Com a desculpa de que precisavam de amostras do sangue dos índios para estabelecer o diagnóstico das doenças mais comuns entre eles, o médico brasileiro orientou a coleta do

material que, posteriormente, foi enviado ao laboratório da Coriel Cell Repositories. Lá, as células sanguíneas de índios das tribos caritiana e suruí repousam à espera de compradores, que são arrematados via Internet.

Outras respeitáveis instituições também disponibilizam o sangue indígena. O da comunidade suruí compõe o banco de amostras do laboratório administrado pela universidade norte-americana de Yale e junto com o caritiana também faz parte do repositório de DNA da Universidade do Arizona.

Esta última tribo se viu recentemente nas malhas de engodo semelhante ao patrocinado pela Coriel Cell Repositories. Virgínia Eugênia Peña, assessora da Funai, contou aos parlamentares da Comissão da Biopirataria que a fundação, que deveria defender os índios, autorizou uma equipe da Yorkshire Television a fazer mais um documentário na aldeia indígena. Junto com a emissora de TV, estavam algumas pessoas que coletaram sangue na aldeia, usando a mesma desculpa da equipe enviada pela Discovery Channel.

Há suspeitas na comissão de que em breve o material estocado em bancos de DNA possa ser aproveitado num dos setores que mais crescem no mundo (13,5% anualmente). O mercado de tecido humano, que movimenta hoje cerca de US\$ 428 milhões, pode ser o destino do sangue pilhado em nome da ciência.

Soluções

Para o grupo de parlamentares, ficou claro que, para deter o assalto às riquezas biológicas do país, serão necessárias ações em diversas áreas e muitas delas em caráter emergencial. O relatório da comissão sugere investimento maciço em educação, lembrando que o número de doutores formados em universidades da Região Amazônica, que tem 5 milhões de km², é pouco superior a 500. Todo o Norte do país possui somente 513 pesquisadores, contra 17,9 mil da Região Sudeste. Uma divisão mais racional dos recursos destinados às pesquisas também é proposta. Os estados do Norte recebem ape-

A Amazônia é uma das regiões com maior variedade de espécies do mundo



O Brasil corre o risco de pagar 'royalties' pelo direito de produzir medicamentos originários de sua flora



nas 2% dos recursos de Ciência e Tecnologia, enquanto os do Sudeste ficam com 67%.

Outro passo importante, segundo os integrantes da comissão, é lutar por uma legislação em que o interesse nacional esteja resguardado. No relatório há um pedido de urgência na tramitação do projeto da Lei de Acesso à Biodiversidade, de autoria da senadora Marina Silva, atualmente parado no Senado.

Eles pedem também que a Convenção da Biodiversidade, firmada em 1992, no Rio de Janeiro, seja regulamentada, dando-se prioridade aos pontos que prevêem a transferência de informações na área de biotecnologia e a distribuição equitativa dos benefícios provenientes da retirada de espécimes do nosso ecossistema.

Outras providências, como a coleta de dados sobre a biodiversidade brasileira e a implantação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), em Manaus, também foram sugeridas. Os convênios firmados com instituições estrangeiras devem ser revistos, segundo a comissão.

Resgate

Uma tarefa árdua, mas de suma importância para o país, é o resgate de direitos que já se encontram longe daqui. Os parlamentares citam uma iniciativa bem-sucedida da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que conseguiu cancelar judicialmente patentes concedidas de forma irregular. "Não se pode, simplesmente, admitir que o conhecimento de nossos povos e nossos recursos biológicos continuem sendo sugados do país", diz o relatório.

Esta arma poderia ser usada para fazer retornar de Londres os direitos sobre duas substâncias levadas para lá pela Fundação para Etnobiologia, do químico nascido em Roraima - e de sangue bretão - Conrad Gorinsky. Ele obteve, do Escritório de Patentes Europeu, o direito de propriedade intelectual sobre dois compostos farmacológicos retirados de plantas da

Amazônia com a ajuda dos índios uapixana, de Roraima. Um dos extratos é conhecido como Rupuninine e é retirado de sementes do bibiru (*Octotea rodioei*), árvore comum na região da fronteira entre o Brasil e a Guiana. Ele tem efeito anticoncepcional e inibe o crescimento de tumores cancerígenos. Alguns cientistas suspeitam que possa frear a reprodução do vírus da Aids. O outro, Cunaniol, vem da planta cunani (*Clibadium sylvestre*) e é um potente estimulante do sistema nervoso central, além de ser um forte anestésico, podendo ser usado até mesmo nas cirurgias em que se faz necessária a parada dos batimentos cardíacos.

Hoje a BioLink, empresa fundada em parceria entre Gorinsky e a canadense Greenlight Communications, estão habilitadas a produzir e vender o Rupuninine e o Cunaniol. O químico diz que a meta agora é se associar a grandes multinacionais do setor farmacêutico, como Zêneca e Glaxo.

Se não correr atrás da revisão da concessão de direitos, o Brasil terá que entrar na fila de compradores de um produto cujo insumo foi retirado de suas próprias terras. Ou produzirá os medicamentos derivados desta matéria-prima em seus laboratórios, dando em troca recursos que irão se somar ao montante pago pelas nações de todo o mundo a empresas de biotecnologia detentoras de royalties. Algo em torno de US\$ 5,4 bilhões.



Por US\$ 8 o hectare, as madeiras asiáticas compram florestas que possivelmente vão virar cinzas

Currículo de cinzas

Elas chegaram silenciosamente e já investiram cerca de US\$ 500 milhões na aquisição de grandes extensões de terras e empresas falidas. A seu favor, as madeiras asiáticas, que começaram a se instalar na Amazônia, em meados desta década, têm ainda a farta e barata mão-de-obra da região e a possibilidade, sempre presente, de driblar a fiscalização do poder público. Contra elas há um histórico de desmatamento anual de 15 milhões de hectares na Malásia.

Em recente visita ao estado do Amazonas, a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Rosa Roldan, constatou que as mesmas empresas responsáveis pela devastação de grandes florestas no Sudeste Asiático, na África Ocidental e Central e na Guiana já compraram algo em torno de dois milhões de hectares na região. Só a madeireira

maláia WUK adquiriu cerca de 1,2 milhão de hectares às margens do rio Jiruná, altura do município de Caruará. Pagando US\$ 8 o hectare, a mesma empresa obteve outros 210 mil nas proximidades do rio Uatamá.

Terras de graça, madeiras e plantas medicinais de brinde

Não são apenas as terras que os empresários asiáticos estão comprando: eles estão adquirindo um patrimônio ainda maior, afirma Rosa, esclarecendo que a vegetação nativa, rica em plantas medicinais, corre o risco de desaparecer.

Algumas árvores, como a copaíba, se exportadas, dariam um grande retorno econômico ao país. Esta espécie tem uma propriedade: cica-

Pesquisadora relata ataque à biodiversidade amazônica por parte de madeireiras asiáticas, que já devastaram as florestas de seus países de origem

trizante impressionante: "Você pode ter o braço praticamente decepado, se passar o óleo de copaíba, a recuperação é garantida e ocorre de forma extremamente rápida", afirma a pesquisadora.

Rosa Roldan fez parte da Comissão do Desmatamento, um destacamento de pesquisadores e parlamentares que esteve na Região Amazônica em setembro de 97, e que dois meses depois, lançava um alerta a toda a nação sobre as já precárias condições em que se encontra a Floresta Amazônica (cuja destruição aumentou 25% nos últimos quatro anos) e sobre a sinistra contabilidade dos que perderam a vida ou os membros nas serrarias locais.

"Ifacoatiara foi apelidada de 'o município dos mutilados'. O número de trabalhadores inválidos dentro das empresas de extração de madeira era assustador. O Ibama aprova o plano de manejo florestal das madeireiras, mas não tem condições de supervisionar", constata Rosa.

Depois de visitar algumas empresas recém-adquiridas pelos asiáticos, como a Getal e a Mil Madeireiras, a pesquisadora e os deputados ouviram apelos dramáticos na Assembléia Legislativa do Amazonas: "Eles nos pediram para interceder contra o desmatamento de espécies próximas da extinção e propuseram aos deputados a elaboração de uma lei impedindo a derrubada de árvores medicinais", lembra a pesquisadora.

Tudo o que foi apurado pela especialista do Ibama a respeito das atividades das 22 madeireiras estrangeiras na região será encaminhado agora em forma de relatório à câmara da Procuradoria da República especializada em Meio Ambiente.

Saiba que.

Países que dominam tecnologia de ponta em genética - e obtêm matéria-prima gratuitamente, nos países possuidores de maior biodiversidade - vão dominar os mercados farmacêutico, alimentício e muitos outros que tenham produtos desenvolvidos através de manipulação genética.

O Projeto Genoma deve estar concluído em 2005, com a conclusão do mapeamento genético humano. Estará decifrado o código de cerca de 100 mil genes. Nos anos imediatamente posteriores ao término do projeto, espera-se a cura de cerca de um terço das 4 mil doenças congênitas. Os lucros com a venda de medicamentos serão, portanto, astronômicos.

Uma vacina para combater o câncer, que deverá estar sendo produzida por volta de 2014, pode ter como base algum espécime de flora (quem sabe brasileira?) manipulado geneticamente.

Está prevista, por volta de 2014, a comercialização dos primeiros microprocessadores usando células humanas.

Anualmente, são desmatados 5 milhões de hectares da Floresta Amazônica. Com isso, a mata nativa corre o risco de desaparecer em 50 anos. A diminuição brutal de espécimes da flora e fauna e, em última análise, do ecossistema da região fará o país perder as riquezas de um patrimônio natural sequer avaliado comercial e cientificamente. Segundo o Fundo Mundial da Natureza (WWF), o Brasil é o país campeão em desmatamento.

A soberania e inalienabilidade dos direitos sobre a diversidade biológica do país só estarão garantidas na Lei de Acesso à Biodiversidade, ainda por ser votada no Senado.

Acervo
L S A
Socorro Gomes!

Os países ricos querem as riquezas amazônicas

Márcia Schmidt

As nações desenvolvidas têm um objetivo muito claro de se apossarem das riquezas amazônicas, tendo à frente desse plano os Estados Unidos. Para isso, deram um passo muito importante, quando levaram o governo brasileiro a propor uma lei de patentes concessiva e contrária aos interesses nacionais, além de pressionar a maioria governista no Congresso a aprová-la às pressas.

"Este elo de dominação foi sacralizado com a lei de patentes", define Socorro Gomes.

Estas são algumas das conclusões a que chegou a parlamentar, que se disse chocada com o que vem ocorrendo na Amazônia, sem que haja reação por parte do governo, que até procura facilitar o que ela chama de saque das riquezas nacionais.

Acompanhe, a seguir, a entrevista da deputada Socorro Gomes a cadernos do terceiro mundo.

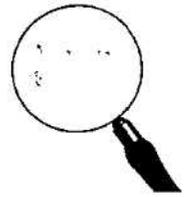


A presidente da Comissão sobre Biopirataria comenta os trabalhos do grupo parlamentar e expõe suas conclusões sobre o que se passa no paraíso biogenético brasileiro, com o conhecimento e a conivência do governo com as potências estrangeiras

◦ *Quais as suas impressões pessoais sobre a viagem de investigação à Amazônia?*

A impressão que fica é que há uma intenção de controle das riquezas naturais da Amazônia por parte dos países ricos. Ela é liderada pelos Estados Unidos. Esta tentativa se dá através do contato com a população local, com vistas à apropriação do conhecimento das comunidades locais e do roubo de plantas e animais. Outra forma de saque se dá por meio dos convênios firmados por entidades de pesquisa estrangeiras com congêneres brasileiras, mas que não prevêem uma contrapartida adequada para o país.

Isto tudo se agravou com a Lei de Patentes, de 1996, a qual, surpreendentemente, protege o



roubo e o produto patenteado. Já no período de sua votação, percebia-se, claramente, que ela havia sido encomendada pelo governo norte-americano, que exerceu uma pressão imoral, indevida e criminosa sobre o Congresso Nacional e o Executivo.

• **Como se deu esta pressão?**

Toda a sociedade pôde assistir a esta pressão através dos jornais e da televisão. Por que o governo americano fabricou a lei e pressionou o Brasil para aprová-la? Para defender seus grandes laboratórios. Com esta lei, nosso país renuncia a fortalecer as indústrias e as entidades de pesquisa brasileiras.

Do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, eles estão à frente. Os Estados Unidos, duas décadas atrás, tinham por volta de 20 laboratórios de biotecnologia. Hoje, possuem mais de 1,3 mil.

De nossa parte, a elite nacional nunca teve o projeto de um país soberano, que buscasse nas suas riquezas e no labor de seu povo alavancar seu progresso. Então, há uma convivência de nosso país, uma subserviência, que aparece de forma muito clara através da submissão aos grandes projetos que servem a outros países. Este elo de dominação foi sacralizado na lei de patentes.

• **A senhora vê alguma maneira de reverter esta lei?**

Sim. A primeira coisa necessária é a luta da sociedade contra isso. Esta lei de patentes dá exclusividade sobre o produto por 20 anos. O país não pode fabricá-lo, nem fazer o mesmo processo de pesquisa durante o período.

Os Estados Unidos gostaram e disseram que a lei de patentes foi muito além do que eles queriam. O Brasil serviu muito mais ao senhor do que lhe foi pedido. Esta lei prejudica também os investimentos em pesquisas, pois, a partir da sua aprovação, o governo começou a cortar as aplicações de recursos no setor.

• **Existe algum projeto, nesta legislatura, para reverter os efeitos da lei de patentes?**

Há iniciativas de regulamentar o acesso à biodiversidade. É o caso do projeto da senadora Marina Silva, com substitutivo do senador Osmar Dias. Esta proposta garante contrapartida em tecnologia, em recursos e reconhecimento da propriedade dos recursos.

• **Há outros casos de biopirataria, além dos que estão no relatório?**

Alguns outros chegaram ao nosso conhecimento, mas não pudemos investigar, porque não temos poder de polícia. Como o que diz respeito à Body Shop, empresa inglesa fabricante de cosméticos, que tem uma relação de dominação com os índios em Altamira, Pará. Não tivemos tempo hábil para investigar. Há também denúncias sobre convênios entre a Funai e os pesquisadores estrangeiros: tais contratos implicam uma completa dominação das populações indígenas. Eles levam bens naturais da região, como óleo de castanhas para fabricar seus produtos.

• **Como a senhora avalia a atuação da Funai?**

A Fundação não exerce seu papel. Os índios vivem famintos, doentes, muitos são vítimas de assassinato ou se suicidam. Perdem completamente a identidade e ficam bastante vulneráveis aos convênios. O governo não dá assistência, não tem uma política de proteção à cultura indígena e apoio para a sobrevivência das comunidades. Aí vem o americano e dá tudo: remédio, roupa e até avião.

• **São muitos os subterfúgios usados pelos estrangeiros?**

Os países industrializados se utilizaram do discurso ecológico para angariar simpatia e colocar suas garras nessas regiões, ricas em recursos naturais. Na época do Chico Mendes, o Banco Mundial informou que só haveria a necessidade

"Como o Congresso brasileiro não toma conhecimento de um projeto que vai revirar a Amazônia?"



de consultores, e estes consultores eram os ambientalistas, o que era uma forma de limpar sua cara. Os Estados Unidos sempre foram conhecidos como grandes devastadores. Eles vêm o meio ambiente, a ecologia e os direitos humanos como forma de angariar mais lucro. A ecologia, para eles, é moeda. Começaram a colocar suas organizações não-governamentais, como foi o caso da Selvaviva.

» **Considera necessária a revisão da legislação sobre as ONGs?**

Esta questão tem que ser revista. Há as que prestam serviço ou desserviço. Mas, do ponto de vista do governo federal, há uma política de prestar serviço a essas potências. E há uma disposição de ajudar no saque, por parte da elite que comanda o país. Até há máfia, nesse sentido.

O parlamento brasileiro atual tem sido extremamente condescendente. Em todas as votações aqui se observa isso. Está se discutindo, no momento, em todo o mundo, a importância dessas riquezas naturais. É justamente quando o governo resolve cortar recursos para pesquisas que poderiam possibilitar o crescimento científico e tecnológico. A que isto serve? Ao saque, à perda de soberania. Retira-se dinheiro das políticas públicas, educação, saúde, dos investimentos para premiar o capital financeiro especulativo. Por aí já se vê que o governo e o parlamento não têm interesse em uma política de proteção aos recursos naturais, nem querem traçar uma política para a Amazônia.

» **A senhora acha que a legislação é suficiente para conter a exploração espoliativa dos recursos naturais?**

Eu acho a legislação frágil. Primeiro, porque há necessidade de se regular a comercialização dos produtos e a entrada de pesquisadores estrangeiros. O controle dos pesquisadores é importante, como também o dos turistas, que le-

vam amostras de espécimes da flora. Os pesquisadores vêm, em parte, como turistas.

A lei está regulamentando o comércio, mas a pesquisa, não. É preciso fiscalizar, tem que ter um controle sobre a Amazônia. Tem que haver uma política de desenvolvimento para a região. E as Forças Armadas devem proteger nossas fronteiras.

É necessário que se regule uma contrapartida. Tudo o que sair daqui para ser usado lá fora, na produção de qualquer coisa, deve gerar uma contrapartida. A nossa diplomacia precisa chegar aos Estados Unidos. Todos os países megadiversos (com grandes patrimônios de biodiversidade) estão sendo saqueados. Os Estados Unidos foram dos poucos países, cujo parlamento não ratificou a Convenção da Biodiversidade.

Quando assinou, foi com ressalvas: desde que não prejudicasse os interesses dos seus laboratórios. E é o vanguardista no saque do patrimônio natural dos outros.

» **Está em andamento um acordo com a Nasa?**

É o LBA. Como eu já disse, uma das formas de saquear se dá através de contratos legais, convênios com o governo brasileiro. Há uma conivência das elites e do governo de Fernando Henrique Cardoso. Este projeto não é conhecido pela sociedade brasileira.

A Nasa não financia projetos estrangeiros. O que eles querem é investigar uma tese de que a Ama-

zônia seria um filtro planetário, ela aspiraria gás carbônico. Não seria o pulmão, pois isto está relacionado à liberação de oxigênio. A floresta atuaria como um filtro.

Por conta desse convênio com a Nasa, vêm aí mais de duzentos cientistas norte-americanos e outros cem europeus - e eu não sei de ninguém de renome, como pesquisador nosso, que vá participar. Minha impressão é de que se trata de um projeto norte-americano agressivo, de conhecimento, que envolve radares.

A tradição dos Estados Unidos é de saque,



de agressão. Em um relatório dos anos setenta, o secretário de Estado norte-americano do governo Nixon, Henry Kissinger, dizia que o país deveria usar de todas as formas para assumir o controle das fontes de matérias-primas. A Amazônia é uma destas fontes. Há aí uma política agressiva, até mesmo de anexação territorial. Não da forma tradicional, claro.

Como o Congresso brasileiro não toma conhecimento de um projeto que vai revirar a Amazônia e que contará com a participação de três centenas de cientistas estrangeiros?

Solicitei, através da Comissão Permanente da Amazônia, a convocação do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, para explicar o projeto. Eu, como cidadã do Amazonas, e a sociedade queremos conhecer. Eu acho que, por trás, isto tem uma postura colonialista e de saque, que eles estão tentando legalizar.

O texto do projeto a que eu tive acesso é todo em inglês. E há um edital da Nasa, que eu quero descobrir, que diz que o projeto é norte-americano. O governo Fernando Henrique Cardoso diz que o projeto é nosso. Parece que o governo está querendo levar a sociedade ao engodo, para fazer passar o projeto.

• **Qual a sua proposta a respeito destes convênios com a Nasa?**

Nós queremos formar um comissão especial, para analisar os convênios. Não somos contra fazer acordos, mas neles nós devemos estar protegidos e que tenhamos uma contrapartida. Muitas vezes, eles colocam um pesquisador daqui para acompanhar convênios de três entidades, para que não possa haver um acompanhamento real. Norte-americanos, alemães, eles fazem o que querem. E quando a pesquisa requer, eles a fazem nos seus países e nós perdemos o controle de nossa matéria-prima, não acumulamos tecnologia, entregamos nosso conhecimento e, depois, pagamos caro pelos produtos que eles patenteiam lá fora.

No fim do século XX, nós não podemos ter a mesma atitude que tínhamos no começo do processo de colonização, quando eles vinham para cá e traziam presentinhos e levavam nosso ouro e nossas madeiras de lei. Eu acho que tem que haver uma indignação maior da sociedade, e o Congresso tem que cumprir seu papel, porque, senão, a sociedade nos aclarará coniventes.

• **Como a senhora avalia a repercussão do trabalho da comissão parlamentar?**

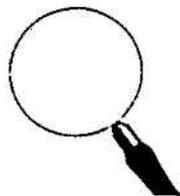
O eco foi muito pequeno. Até porque a imprensa é muito seletiva. Só o que interessa às elites vai para o jornal. Um repórter da *Folha de S. Paulo* veio com um caso, participou da comissão, mas ficou nisso. No meio acadêmico houve diversos debates e a criação de fóruns, que discutiram as questões relativas à região. Parece que vai acontecer um seminário agora em março ou abril. Também o Parlamento Amazônico e o Parlamento Latino-Americano estão com o relatório e buscam formar opinião em seus países, porque todos estes países estão sendo saqueados, por causa desta política agressiva dos Estados Unidos, o que afeta todos os países amazônicos.

• **A senhora acredita que a Lei de Acesso à Biodiversidade vai ser aprovada no Senado?**

Alguma forma de regulamentação tem que ter. Senão, o país vai passar para história como aquele que aprovou uma lei de patentes para beneficiar laboratórios de outros países, contra seus próprios interesses, e que depois não se preocupou em regulamentar esse acesso. É possível que a sociedade participe. As universidades devem desempenhar um papel fundamental nisso.

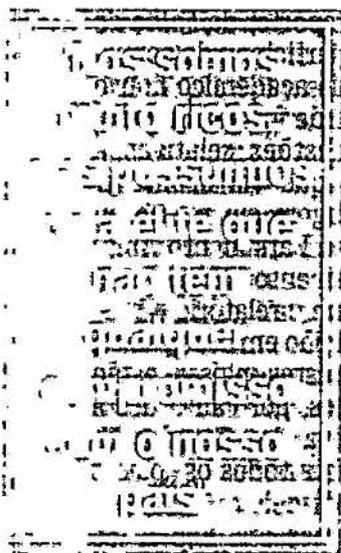
• **Até onde iria o interesse estrangeiro pela Amazônia, particularmente dos EUA, segundo sua percepção, e como vem se comportando o governo FHC?**

"O governo de FHC quer vender uma reserva de nióbio - e nós temos 90% da mineral existente no mundo" - por R\$ 600 mil"



Encontro em Bangcoco discute patentes

A questão da biopirataria faz parte de um projeto. O posicionamento do governo na região, observamos, abre toda a área para a mineração estrangeira. O governo de Fernando Henrique Cardoso está se propondo a vender uma reserva de nióbio - e nós temos 90% do mineral existente no mundo! - por R\$ 600 mil. É uma quantia insignificante. Se formos observar a atitude do governo em relação às florestas nacionais, a proposta do governo é a concessão por 30 anos para qualquer empresa. E em relação às águas da região, depois da abertura da navegação de cabotagem aos navios de



bandeira internacional e depois desse projeto da Nasa, notamos que há um projeto de ocupação da região por parte de alguns grandes países. Estes têm poucos recursos naturais e são grandes consumidores de energia. Este projeto de ocupação estrangeira pode até se tornar militar, como já acontece no caso do Iraque. Nós somos muito ricos, mas possuímos uma elite que não tem qualquer compromisso com o nosso país.

Quais as providências que a comissão está sugerindo?

Encaminhamos algumas sugestões. Que o Ministério Público apure os casos e instaure inquéritos. Solicitamos à Câmara a instalação de uma comissão para acompanhar os acordos e propor modificações na legislação, para termos maior controle sobre nossas riquezas. Propusemos que o governo ratifique a Convenção da Biodiversidade.

Realizamos um seminário com entidades de pesquisa. Serão criados fóruns, o primeiro deles no Pará, para discutir as questões relativas aos assuntos abordados no relatório.

E o Parlamento Latino-Americano também foi acionado para alertar, de todas as maneiras possíveis, as sociedades dos demais países amazônicos.

Reunidos no Seminário Internacional Sobre Direitos Sui Generis, realizado na primeira semana de dezembro em Bangcoco, capital da Tailândia, representantes de diversos países do Terceiro Mundo discutiram alternativas ao atual sistema de patentes. Líderes de comunidades indígenas, trabalhadores rurais e ONGs decidiram lutar, para que cada país exerça o direito de fazer uso, à sua maneira (*sui generis*), da biodiversidade em suas próprias terras.

Para alcançar este objetivo, será formada uma frente que irá pressionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) a pôr esta prerrogativa no papel, durante a revisão do Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips), em 1999.

Esta, segundo observadores do encontro, é a única forma de impedir que o crescente patenteamento de produtos continue a estimular a biopirataria, patrocinada por instituições de pesquisa e empresas de biotecnologia dos países industrializados.

O encontro teve grande repercussão internacional, graças à participação de boa parte dos 12 países megadiversos, entre eles o Brasil, que, por ter uma expressiva diversidade biológica, é alvo constante de expedições organizadas por biopiratas.

As batalhas para preservação do patrimônio genético foram o tema mais freqüente nas palestras dos delegados brasileiros. Um dos mecanismos jurídicos em discussão para disciplinar a obtenção de recursos naturais no país, o projeto de lei de Acesso à Biodiversidade, proposta da senadora acreana Marina Silva, causou grande interesse nas lideranças comunitárias presentes.

Os países representados em Bangcoco também se decidiram a apoiar o fortalecimento da Convenção da Biodiversidade. Esta é reconhecida como o mais importante instrumento para a defesa dos interesses das comunidades, as quais, em todo o mundo, desenvolvem novas variedades de vegetais e possuem conhecimentos milenares sobre seu uso medicinal.

Um olhar estratégico sobre a questão amazônica

Militar analisa os condicionamentos internos e externos que envolvem o debate sobre a região

"O problema da biopirataria está se revelando de uma forma bastante preocupante. Através da iniciativa do então ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, depois confirmada em termos de atuação direta sua, como ministro da Fazenda, e em compromissos externos assumidos posteriormente, já como presidente da República, quando sancionou a chamada Lei de Patentes, ou Lei de Propriedade Industrial, que é o nome mais adequado, o assunto ganhou atualidade", inicia o coronel Francimá de Luna Máximo, da reserva do Exército.

"Nós estivemos tratando do assunto, através das publicações do Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque, através das coletâneas do Movimento Nativista, e sobretudo em artigos de imprensa. Em 1994, pude escrever um artigo publicado na *Tribuna da Imprensa* chamado "Amazônia, o objetivo final", detalha.

Ele vê a questão da biopirataria ligada aos interesses internacionais que produziram a Lei de Patentes sancionada no ano passado. "A sociedade brasileira não está devidamente informada, porque esta Lei de Patentes está inclusa num rol de tratados e acordos internacionais absolutamente lesivos ao interesse nacional, e que compõem um elenco chamado de ações concretas. Estas revivem, nos dias atuais, o colonialismo mais brutal e caracterizam a ação dos dominadores do mundo, os chamados países principais, que são controlados por grandes corporações internacionais. Estas transnacionais constituem a ponta do iceberg do poder real mundial e estão no chamado G-7", analisa o militar.

Após a queda do Muro de Berlim e a fragmentação da União Soviética, segundo o coronel

Máximo, essas corporações envidaram uma ofensiva, visando a assegurar para si não apenas os mercados mundiais, mas, sobretudo, os recursos naturais nobres estratégicos, de que são absolutamente carentes e dos quais necessitam para seus projetos de desenvolvimento.

"Neste ponto, a Amazônia é central, é fundamental e necessária, para que se apropriem desses recursos em todos os planos. É verdade que iremos nos ater aos aspectos mais cruciais da biodiversidade, do banco genético das espécies, porque a química fina está em extinção, não tem mais como responder às necessidades farmacológicas do mundo. Vamos ter que retornar aos produtos de origem natural. O mundo dos trópicos detém 80% da diversidade de espécies existentes na face da Terra. Nós, brasileiros, desses 80% que estão nos trópicos, detemos 40% na Amazônia", lembra o militar.

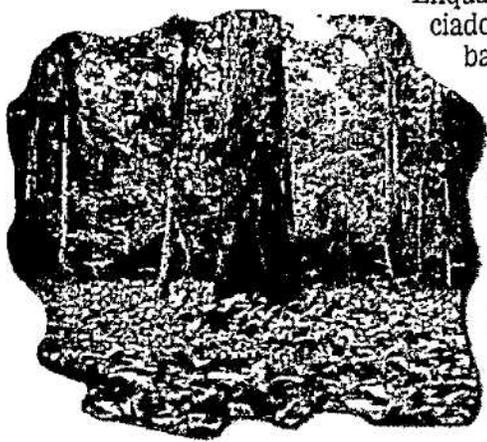
"Só neste aspecto, da diversidade biológica que está ali desabrochando nas árvores, nas espécies vivas, a lei de patentes foi um instrumento de brutalidade jamais conhecido na história da humanidade. Extrapolou o sentido da Convenção de Paris, que tinha regras claras e à qual o Brasil foi um dos primeiros a aderir, no século passado."

O militar explica que a eliminação de aspectos da Convenção de Paris na nova Lei de Patentes deixou livres as mãos dominadoras dos países ricos, dando chance a um novo surto de colonialismo.

"Querem se apropriar das nossas riquezas naturais de forma oficial, capaz de cercear até o avanço científico e contrariar a lei natural, porque enveredaram pelo patenteamento do ser vivo. Esta aberração, que o Parlamento Europeu recusou, está no cerne da discussão sobre a questão amazônica."

Brasil: a luta pela Amazônia

"Ao aprovar a Lei de Patentes, nosso Congresso, que vem ficando seguidamente de joelhos, fez uma barbaridade. Nem na Argentina eles conseguiram. O parlamento argentino impôs duas condições: primeiramente, não aceitava os prazos determinados para essa lei. Em segundo lugar, a Argentina salvaguardou os medicamentos básicos e alguns alimentos. A Argentina experimentou, na Guerra das Malvinas, a pressão feita pelos Estados Unidos. O governo norte-americano chegou ao ponto de negar a insulina, expondo à morte 500 mil argentinos dependentes desse remédio. E não se tratava de pacientes soldados, mas de civis argentinos", lembra.



"Enquanto isto não for denunciado e não se reagir a essa barbaridade de o Brasil aderir, da forma como aderiu, a esse tratado internacional da Lei de Patentes, iremos girar em torno de um redemoinho que nunca vai acabar, porque a causa fundamental da ocupação da Amazônia, desta vez, passa por esta lei", frisa o militar.

"Esta lei, tem mais, seria complementada pelo chamado cerco total, com esse objetivo de assumir o controle da Amazônia. Foi com as chamadas reformas ditas estruturais. Violaram a Constituição brasileira, que assegura o subsolo ao domínio do Estado, com a mudança do conceito de empresa nacional, no Artigo 171 - portanto, com a invasão operando-se por baixo, por terra, pelo subsolo. Foram também pelo ar, com o projeto Sivam-Raytheon, da forma como foi feito. E, finalmente, essa lei de patentes, a privatização da Vale do Rio Doce e as alterações da lei de cabotagem e navegação fluvial e vias do interior completam esse quadro de extrema dificuldade que tem hoje o Brasil de assumir o controle sobre esse manancial de riquezas, que envolve a biodiversidade e o subsolo com minerais estratégicos fundamentais para o desenvolvimento

de qualquer projeto tecnológico na virada do século", analisa o coronel Máximo.

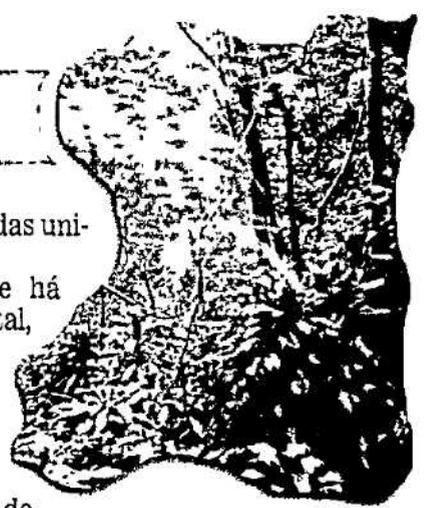
"A biopirataria nada mais é que a oficialização desse roubo através de leis, que, no Brasil, foram assumidas e encaminhadas pelo Executivo, mas que vieram do exterior, de organismos internacionais, e que acabaram ratificadas pelo Congresso Nacional. Este é o impasse, esta é a questão, este é o desafio para o início do entendimento do que se passa hoje na Amazônia", explica.

Esforço militar

"Penso que poderia comentar que os militares, que servem na Amazônia, estão sendo levados a conviver com esta constatação. Falo isso, porque servi na fronteira do Brasil com o Peru e com a Colômbia, na localidade de Tabatinga, no Comando de Fronteiras do Solimões. Ali pude verificar, na entrada do rio Solimões e na confluência do rio Javari, naquele mundo das águas onde em frente ao batalhão o rio alcançava 3 km de largura, aquela imensidão sendo uma via totalmente abandonada pelo poder público. É verdade que houve avanços, mas são léguas de madeira, de cedro, que vêm acorrentadas rio abaixo. Quando nossas lanchas se aproximam daquelas chatas, que empurram quilômetros de madeiras, elas deslizam para o lado peruano do rio e você nem pode chegar perto."

A espera de decisão

"De qualquer maneira, nós nos colocamos sempre dentro de uma visão que eu gostaria que a sociedade entendesse. É o nacionalismo que brota daquela convivência. Anualmente, de 300 a 400 oficiais das três forças são deslocados para servir na Amazônia. É uma escola da brasilidade, é um sentimento profundo. Quem penetra na Amazônia, fica possuído desse misterioso e inefável, posso dizer, divino elo com aquela terra, com os animais, a floresta, aquela magnitude, aquela transcendência, aquele ambiente diferente de qualquer lugar na Terra. Então, somos naturalmente levados ao sentimento de defesa. Existe uma frase nos quartéis da Amazônia: "Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia. Muito mais difícil foi a missão de nossos antepassados em conquistá-la



e mantê-la". Este é o mistério da nacionalidade.

"Começamos a ter esse sentimento de defender o que é nosso, de desenvolver para o bem da nação brasileira, para o bem da humanidade e não essa postura dos governantes atuais, que em cima de tratados, de pressões e de acordos, exaurem a Amazônia e canalizam para fora todos os seus fantásticos recursos naturais."

O coronel Máximo lembra que na Amazônia já existem entidades científicas nacionais de alto gabarito, como o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Goeldi, com grandes conquistas em termos de farmacologia e de desenvolvimento também na área de recursos minerais, além das experiências vitoriosas de extração de óleo em Urucu, através da Petrobras.

"Tudo isso nós temos condições de operar, dentro de um quadro de decisão política de se fazer a integração com o poder nacional. Asseguro que os militares que estão ali ficam estupefatos. Eles vêem, primeiro, uma espécie de descoordenação dos poderes."

Segundo o militar, as Forças Armadas ajudaram a desenvolver a presença nacional na Amazônia, a partir da década de setenta. Do maior conhecimento da região e das preocupações nascidas daí, surgiu o Projeto Calha Norte, mais que um plano de defesa militar, pois envolvia aspectos de desenvolvimento econômico e de integração administrativa. "Mas o projeto foi denunciado por várias ONGs e foi definhando", lamenta o coronel. "As Forças Armadas elegeram a Amazônia como prioridade número um. A elite da oficialidade é deslocada para lá."

Ele cita ainda a transferência de unidades militares para a região, com milhares de homens, como ocorreu com a brigada da região das Missões, no Rio Grande do Sul, agora instalada em Tefé, no Amazonas, e a Brigada do Imperador, que de Petrópolis foi levada para Roraima. "Hoje, temos grandes comandos presentes, coisa que há dez anos atrás não havia. Quando eu servi em Roraima, nós éramos quatro oficiais superiores. Lá, hoje, está um general com um quartel em que há pelo menos uma centena de oficiais superiores, isso num rodízio que vai favorecendo, dentro das Forças Armadas, um sentimento de defesa da Amazônia e de sensibilidade com problemáticas como essa das incursões externas. É uma pena que isto esteja ocorrendo

defasado dos demais órgãos, das universidades, por exemplo."

O militar considera que há pouco empenho governamental, o que está levando inúmeros projetos a definharem na região: "O governo deveria assumir o dever com o povo de salvar a Amazônia e de transformá-la, verdadeiramente, na base de um projeto de desenvolvimento. Se fizesse isso, teria dado seqüência a projetos, reagido a pressões externas e implantado o Projeto Calha Norte em toda a sua plenitude, ressaltados os cuidados com a ecologia e com as minorias indígenas, as quais nós devemos defender."

Amarrando o país na periferia

Sob o aspecto militar, o coronel Máximo afirma que os países hegemônicos não ousarão invadir a Amazônia, pois teriam resposta à altura, apesar do desnível tecnológico das tropas brasileiras e da ausência de decisão política de equipá-las adequadamente. Defende, por isso, a implantação do Projeto Calha Norte como um primeiro passo para o desenvolvimento regional.

"O Calha Norte não vai ser absolutamente a resposta da sociedade para o desenvolvimento da Amazônia. Isto é um ideal que ainda precisa ser discutido em profundidade. Mas ele seria no mínimo uma indicação política da disposição de se dar um primeiro passo. É verdade que o governo atual promoveu toda a sorte de esvaziamento".

"Lamentavelmente, creio que essas ações são resultantes de um pacto mundial de jogar o Brasil na periferia, definitivamente. Receio muito dessa ausência de uma decisão política e de uma estratégia clara de ocupar a Amazônia. Esta decisão de ocupar a Amazônia e, mais, de criar um projeto desenvolvimentista para a região, porém, quando for tomada, terá de passar pela denúncia de tratados e acordos. Creio que a sociedade brasileira acordará para estas armadilhas e terá condições de remover os obstáculos e tomar para si não só a Amazônia, mas toda a economia, para que possamos desenvolver em todo o país um projeto de nação", finaliza o coronel Máximo.

(Procópio Mineiro)